



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Requerimento nº de 2013
(Do Sr. Vanderlei Macris e Carlos Sampaio)

Solicita a convocação do Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. **Gilberto Carvalho**, para prestar esclarecimentos sobre a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Nóvoa de Noronha.

Senhor Presidente,

Requeiro que, com base no art. 50 da Constituição Federal, e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, seja convocado o Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. **Gilberto Carvalho**, para prestar esclarecimentos sobre “acompanhamento e orientação” relativos à sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Nóvoa de Noronha, criada pela Portaria nº 919, de 24 de novembro de 2012.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de notícia publicada, na Revista VEJA, no dia 04 de maio do corrente ano, que numa investida considerada mal-intencionada pelo próprio Governo, a Secretaria-Geral da Presidência da República tentou sabotar a sindicância da Casa Civil, por meio de processo paralelo, que investigou a ex-secretária Rosemary Noronha.

Diz a notícia:

“Investigação Paralela”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Numa investida considerada mal-intencionada pelo próprio governo, a Secretaria-Geral da Presidência da República tentou sabotar a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Noronha

Há duas semanas, VEJA revelou as conclusões de uma sindicância do governo que investigou as traficâncias de Rosemary Noronha no período em que ela chefiava o escritório da Presidência da República em São Paulo. Coordenada pela Casa Civil, a apuração desvendou como a ex-funcionária usava a influência e a intimidade que desfrutava com o ex-presidente Lula para se locupletar do poder. Ao fim de dois meses de trabalho, os técnicos reuniram provas que resultaram na abertura de um processo disciplinar contra ela por enriquecimento ilícito. A investigação chamou atenção pela celeridade, profundidade e contundência com que se esmiuçaram os malfeitos da ex-chefia de gabinete — um ponto fora da curva na tradição petista de poupar os companheiros pilhados em falcatrucas. O desfecho, porém, não deveria ter sido esse. Desde o primeiro dia de investigações, forças poderosas dentro do próprio governo actuaram para impedir a sindicância de chegar ao fim. Essas forças tentaram, felizmente em vão, evitar que a sindicância terminasse da maneira como terminou. VEJA teve acesso a um documento que mostra como a Secretaria-Geral da Presidência da República montou um processo paralelo com a falsa intenção de “acompanhar e orientar” a apuração da Casa Civil — mas que não passava de um ardiloso instrumento de sabotagem do trabalho de investigação.

Concluída no fim de janeiro, a sindicância da Casa Civil trouxe uma radiografia das delinquências de Rosemary entre 2007 e novembro de 2012, o período em que chefiou o escritório presidencial. Amparados nas evidências colhidas pela Polícia Federal durante a Operação Porto Seguro, os técnicos do governo realizaram uma devassa no gabinete de São Paulo e comprovaram que Rosemary, uma ex-secretária petista, usava o cargo para traficar interesses milionários, influenciar em decisões favoráveis a empresários e até nomear parentes na estrutura pública. O resultado da sindicância foi materializado num calhamaço de 120 páginas, depois de uma inusitada disputa dentro do Palácio do Planalto pelo controle da investigação, que começou em 26 de novembro do ano passado. Nessa data, por determinação da presidente Dilma Rousseff, a Casa Civil abriu a sindicância para apurar as supostas irregularidades praticadas por Rosemary. No mesmo dia, a Coordenação-Geral de Correição (Coreg), órgão subordinado à Secretaria-Geral da Presidência, instaurou um processo “com vista a obter informações,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

acompanhar as apurações e orientar os órgãos envolvidos” na sindicância. Governo investigando a investigação do governo? Além de inusitado, o procedimento parecia estranho. E era.

A primeira investida da apuração da Secretaria-Geral foi contra a presidente da República. Os técnicos encaminharam ofício ao gabinete questionando Dilma Rousseff sobre a instauração da sindicância na Casa Civil, uma vez que Rosemary Noronha não era servidora daquela repartição e, portanto, a pasta não teria competência para oficiar-lá. A presidente desconfiou que havia algo esquisito ali. Foi informada por assessores de que o ministro Gilberto Carvalho, o chefe da Secretaria-Geral. Amigo do ex-presidente Lula e colega de Rosemary, dera sinal verde para a apuração paralela — que seria conduzida como um procedimento burocrático normal. A presidente manteve sua decisão de investigar o escândalo na Casa Civil. Uma segunda e mais contundente investida ocorreu no fim de dezembro. Depois de recolherem provas do envolvimento da ex-secretária em irregularidades, os responsáveis pela sindicância na Casa Civil se preparavam para finalizar os trabalhos. Foi quando chegou ao processo o documento resumindo as conclusões da investigação paralela promovida pela Secretaria-Geral, contendo uma série de ressalvas e advertências sobre o trabalho da comissão de sindicância. Se para os técnicos da Casa Civil ainda havia alguma dúvida sobre as intenções do órgão vizinho, naquele momento ela se dissipou.

A pasta de Gilberto Carvalho atacou em diferentes frentes o trabalho da Casa Civil, utilizando para isso um documento assinado pelo coordenador-geral de Correição, Torbi Rech. O mesmo que, em 2010, presidiu a sindicância que livrou a ex-ministra Erenice Guerra de graves acusações de tráfico de influência no governo. Primeiro, voltou a lembrar que Rosemary não era funcionária da pasta e reafirmou que quem teria competência para oficiar-lá era a própria Secretaria-Geral. Depois, apontou supostas incoerências na redação da portaria que autorizou a abertura do processo e cobrou o direito de Rosemary ao contraditório. Ponto crucial de uma estranha coincidência, o documento que tentou implodir juridicamente a investigação contra a ex-chefe de gabinete foi elaborado no mesmo dia em que os integrantes da sindicância tentaram oficiar-lá a depor.

Por ordem da presidente Dilma, a advertência foi totalmente ignorada. A ministra Gleisi Hoffmann encaminhou o relatório final à Controladoria-Geral da União, que abriu processo administrativo contra Rosemary Noronha. Procurada, a Secretaria-Geral disse que não tentou interferir nos rumos da investigação, não requereu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

documentos da sindicância nem usou de argumentos jurídicos para fragilizar a investigação contra Rosemary. O processo paralelo que foi aberto, segundo o órgão, nada mais é do que um “procedimento comum” de acompanhamento. Procedimento comum que. Para os advogados de defesa de Rosemary, será suficiente para, no mínimo, questionar a legalidade da investigação e, no limite, pedir a anulação de tudo o que foi feito.”

Portanto, diante dos fatos ora apresentados, entendemos que a presença do Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, nesta comissão, é de fundamental importância não apenas para o esclarecimento dos fatos como também para que esta Comissão possa contribuir com a solução dos graves problemas acima mencionados.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2013.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP

Deputado **CARLOS SAMPAIO**
PSDB/SP